



Câmara Municipal de Várzea Paulista Estado de São Paulo



PARECER N. 021/2023

ADITIVO N. 02 AO CONTRATO N. 10/2021

PROCESSO N. 07/2021

Interessada: Comissão Permanente de Licitações.

Assunto: Aditivo n. 02 ao Contrato n. 10/2021, tendo por objeto a prestação de serviços de filmagem e transmissão *on-line* das Audiências Públicas, das Sessões Ordinárias, Extraordinárias e Solenes da Câmara Municipal de Várzea Paulista”, por meio do *Facebook*, e pelo canal da Câmara Municipal no *YouTube*.

1. RELATÓRIO

Vieram-me os autos para parecer sobre o Aditivo n. 02 ao Contrato n. 10/2021, que tem por objeto a prestação de serviços de filmagem e transmissão *on-line* das Audiências Públicas, das Sessões Ordinárias, Extraordinárias e Solenes da Câmara Municipal de Várzea Paulista”, por meio do *Facebook*, e pelo canal da Câmara Municipal no *YouTube*.

Considerando a proximidade do término de vigência do Aditivo n. 01 ao Contrato n. 10/2021, a empresa **Carretel** foi consultada, inicialmente, sobre o interesse em prorrogar o prazo de vigência inicial, para mais 12 (doze) meses; tendo respondido positivamente (Evento 3).

Ato contínuo, cerificou-se a manutenção, pela empresa **Carretel**, das condições de habilitação (Evento 3).



Câmara Municipal de Várzea Paulista Estado de São Paulo



Consta nos autos pesquisa de mercado, a fim de se verificar eventual sobrepreço (Eventos 4, 5, 6, 7 e 8).

A Comissão Permanente de Licitações ofereceu parecer pela legitimidade do aditivo contratual, para prorrogação do prazo (Evento 12).

Consta, por fim, minuta do Aditivo n. 02¹ ao Contrato n. 10/2021 (Evento 13).

Assim, vieram-me os autos para parecer acerca da possibilidade do aditamento contratual.

É a síntese do necessário. Opino.

2. PARECER

Não vislumbro, **salvo melhor juízo**, óbice à formalização do Aditivo n. 02 ao Contrato n. 10/2021.

Com efeito, compulsando os autos, observo que o aditivo contratual dar-se-á sob o aspecto da prorrogação do prazo de vigência, por mais 12 (doze) meses, do Contrato n. 10/2021.

E, embora o Aditivo n. 01 ao Contrato n. 10/2021 não esteja juntado aos autos digitais, esta Procuradoria Jurídica logrou consultar seus termos no Portal da Transparência; sendo certo que, desde já, **convém que o instrumento contratual em vigor seja juntado aos autos do processo digital.**

Neste pormenor, anoto que a Lei n. 8.666/1993, em seu artigo 57, inciso II, dispõe que *“a duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos*

¹ Aparentemente, há erro material na indicação de que seria o Aditivo n. 03.



Câmara Municipal de Várzea Paulista Estado de São Paulo



respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos: à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses.”.

No caso, tendo a vigência do contrato se iniciado em 08 de março de 2021, observo o transcurso do prazo de apenas 24 (vinte e quatro) meses, de maneira que a prorrogação por mais 12 (doze) meses, consoante pretendido, atende ao referido comando legal.

Ademais, embora não tenham sido expostas justificativas específicas para a prorrogação, entendo que os motivos iniciais para a primeira contratação ainda subsistem, no sentido de que a contratação destes serviços tem como objetivo divulgar amplamente o trabalho institucional do Poder Legislativo Municipal, inexistindo, ainda, quaisquer queixas ou reclamações dos serviços prestados pela contratada.

Desse modo, verifico, salvo melhor juízo, a existência de suficiente fundamentação para a prorrogação do prazo de vigência do Contrato n. 10/2021.

Outrossim, esclarece a D. Comissão Permanente de Licitações que a contratada **Carretel**, por meio de *e-mail enviado* em 1º de fevereiro de 2023 (Evento 3), solicitou a aplicação do reajuste pelo IPCA/IBGE, ponderando que os valores atuais já são praticados há dois anos.

E, neste ponto, também não vislumbro qualquer irregularidade, pois, conforme bem destacado pela D. Comissão Permanente de Licitações, a Cláusula Oitava do Contrato n. 10/2021 e do próprio Aditivo n. 01 autoriza o reajuste pelo IPCA/IBGE.

De mais a mais, convém anotar a existência de pesquisas de preços que demonstram que os preços a serem praticados, após o reajuste, nos valores de R\$ 1.099,53 (filmagem de **sessões ordinárias**), R\$ 733,02 (filmagem de **sessões**



Câmara Municipal de Várzea Paulista Estado de São Paulo



extraordinárias), R\$ 664,04 (filmagem de sessões solenes) e R\$ 2.099,97 (filmagem de audiências públicas), afiguram-se mais vantajosos a esta Câmara Municipal.

Sobre o tema, **Diógenes Gasparini**² esclarece que:

“Os preços e as condições de pagamento ofertados pelo contratado para fins de prorrogação com base nesse inciso [inc. II do art. 57] devem propiciar mais vantagens que os preços e as condições de pagamento praticados pelo mercado, porque é nesse universo que seriam buscados os preços e as condições de pagamento. Portanto, a comparação para assegurar preço e condições mais vantajosas para a Administração Pública não é feita com iguais elementos consignados no contrato e já praticados pelas partes, mas com os preços e as condições de pagamento verificados no mercado. A razão de ser desse modo é simples: o preço e as condições de pagamento ofertados pelo contratado para fins de prorrogação podem ser melhores que os praticados em função do contrato, mas piores que os praticados no mercado.”

Ora, se os orçamentos obtidos (Eventos, 4, 5, 6, 7 e 8) demonstram preços expressivamente superiores aos praticados no Aditivo n. 01 ao Contrato n. 10/2021, tem-se que a abertura de novo procedimento licitatório não se compatibilizaria com os princípios da obtenção da proposta mais vantajosa, economicidade e eficiência.

Portanto, seja porque a prorrogação do prazo contratual encontra fundamento legal (artigo 54, inciso II, da Lei n. 8.666/1993), e, ainda, seja porque tal aditamento se afigura mais vantajoso e em consonância com os princípios da economicidade e eficiência, considerando-se, ainda, a existência de justificativa para a prorrogação com a

² GASPARINI. Diógenes. Prazo e prorrogação do contrato de serviço continuado. Revista Diálogo Jurídico. Nº 14. JUN/AGO 2002. Salvador. P. 20-21.



Câmara Municipal de Várzea Paulista Estado de São Paulo



atual contratada, entendo inexistir, salvo melhor juízo, óbices para a prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, pelas razões anteriormente expostas e por tudo mais que dos autos constam, entendo inexistir, **salvo melhor juízo**, qualquer vício ou óbice para a formalização do Aditivo n. 02 ao Contrato n. 10/2021, na forma como sugerida pela D. Comissão Permanente de Licitações.

E não mais que finalmente, cumpre apenas **ressalvar** a necessidade **(i)** de se corrigir aparente erro material no parecer da D. Comissão Permanente de Licitações e na minuta do Aditivo, pois, **salvo melhor juízo**, cuida-se do Aditivo n. **02** ao Contrato n. 10/2021, e não Aditivo n. 03; bem como **(ii)** de se juntar nestes autos digitais o Contrato n. 10/2021 e o seu respectivo Aditivo n. 01.

É o parecer.

Várzea Paulista, 02 de março de 2023.

Rafael Ribeiro Silva

Procurador Jurídico